

PARADOXOS DO PLAYGROUND MODERNO: UM CONVITE PARA REPENSAR O DÉBITO COM A CRIANÇA NA CIDADE

*PARADOXES OF THE MODERN PLAYGROUND: AN INVITATION FOR
RETHINKING THE DEBT WITH THE CHILD IN THE CITY*

Adriana Tenório Cordeiro¹
Sérgio Carvalho Benício de Mello²

RESUMO: A paisagem urbana reconfigurada pela modernidade, refletida no distanciamento entre casa e rua, priorizou a escala panorâmica em detrimento da dimensão humana, com efeitos significativos sobre a experiência sensorial da criança urbana. No *playground* moderno, a cidade especialista aloca espaços específicos a uma recreação passiva, muitas vezes obstruindo uma experiência genuína da cidade. Compreender a criança em seu espaço social, ainda que indispensável à concepção de melhores políticas urbanas é insuficiente se não endereçar uma crítica da modernidade. Ao apontar uma demanda por maior sensibilidade crítica quanto à espacialidade da vida social, neste ensaio refletimos acerca de um débito com a criança, o espaço perceptivo e a experiência humana no âmbito do planejamento urbano. O pensamento pós-estruturalista de Jean-François Lyotard direciona um esforço crítico que supera o viés nostálgico, estimula a revisão de pressupostos de sistemas técnico-rationais do desenvolvimento capitalista, e provoca uma reflexão sobre um potencial de resistência associado à infância que parece negligenciado pelo planejamento urbano. Uma abordagem que contempla as relações transformadoras entre matéria, sentimentos e linguagem pode nortear uma estética da mobilidade que estimule as crianças a experiências sensoriais mais ricas na cidade como *playground*, redesenhando o viés essencialista da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: criança; modernidade; planejamento urbano; estética; mobilidade.

ABSTRACT: *The urban landscape reshaped by modernity, reflected in the gap between the house and the street, has prioritized the panoramic scale at the expense of the human dimension, with significant effects on the child's sensory experience. In the modern playground, the specialist city allocates specific spaces to a passive recreation, often blocking a genuine experience of the city. Understanding the child in their social space, although essential to the design of improved urban policies, is insufficient if we do not address a critique of modernity. By pointing a demand for greater critical sensitivity to the spatiality of social life, in this essay we reflect upon a debt with the child, perceptual space and human experience in the field of urban planning. A poststructuralist perspective based on the thought of Jean-François Lyotard guides a critical effort that surpasses nostalgic biases, stimulates review of the assumptions of technical-rational systems of capitalist development, and provokes a reflection on the potential for resistance associated with childhood that seems to be*

-
- 1 Professora Assistente da Universidade de Pernambuco (UPE). Doutoranda em Administração no PROPAD/UFPE. Mestre em Administração pelo PROPAD/UFPE. E-mail: adriana.cordeiro@upe.br
 - 2 Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor pela City University London (Cass Business School). E-mail: sergio.mello@ufpe.br

overlooked by urban planning. An approach that includes the transforming relations between matter, feelings and language may guide an aesthetic of mobility that encourages children towards richer sensory experiences in the city as playground, redesigning an essentialist bias of the city.

KEYWORDS: *child; modernity; urban planning; aesthetics; mobility.*

INTRODUÇÃO – EM TORNO DE UMA REORIENTAÇÃO CRÍTICA

A reconfiguração da cidade Ocidental desde o século XX, e, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, foi gerida pela industrialização e avanços no sistema técnico-desenvolvimentista, seguida da pressão neoliberal que exacerbou a crítica ao controle estatal centralizado, em direção à produtividade e projeto de inserção global competitiva nos moldes capitalistas. Na trajetória percorrida pelo moderno ideal progressista via redes de transporte, telecomunicações, energia e água, a noção de progresso se tornou intimamente ligada às racionalidades modernas do planejamento urbano, formação dos estados e práticas e princípios do consumo. Atualmente, o fluxo incessante do processo urbano indica paisagens de infraestrutura diversas e interdependentes. Trata-se de um tipo de urbanismo que se apresenta como processo sociotécnico dinâmico, complexo e fragmentado, sendo que uma análise da experiência urbana contemporânea pelas interações incessantes entre diferentes escalas adquire contornos críticos (GRAHAM; MARVIN, 2001).

A expansão do tráfego de carros, em especial, impulsionou a infraestrutura urbana na construção de novas estradas e vias (URRY, 2000; JACOBS, 2011), sendo que a paisagem da ‘autocidade’ (GRAHAM; MARVIN, 2001) convive com demandas crescentes por qualidade de vida urbana. Uma reconfiguração da cidade, com separação crescente entre atividades, tem estimulado a dependência por sistemas de transporte à medida que as distâncias entre atividades se tornam cada vez maiores para a caminhada (FREEMAN, 2006). Ao passo que se amplia o espaço do automóvel³, o Relatório de Status Global de Segurança Viária de 2015 registra o aumento do tráfego de veículos e dos índices de acidentes, sobretudo entre crianças (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015).

Nas ruas congestionadas da cidade, os perigos do trânsito e o perigo social têm contribuído para mudanças comportamentais e maior recolhimento da criança⁴ ao

3 O estudo Cenário Econômico 2050 indica que a frota brasileira, que passou de 29 milhões para 64.817 milhões de veículos registrados em 2010 (aumento de 119%) pode triplicar até 2050, podendo chegar a 130 milhões.

4 A denominação ‘criança’ varia em contextos distintos. Considera-se criança, no Brasil, a pessoa de até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 2º, Lei nº 8.069), enquanto o IBGE expande a definição de

espaço doméstico. A casa internaliza atividades e aloca espaços para uma recreação passiva da criança junto a brinquedos diversos – TV, *videogames*, computadores e *tablets* etc. – que simulam a experiência do ‘mundo lá fora’ (GLEESON, 2006). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) estima que em 2020 haverá no Brasil cerca de 41 milhões de crianças (até 14 anos). Apesar da significativa redução nas taxas de mortalidade infantil⁵ no país, uma em cada três crianças de 5 a 9 anos está acima do peso recomendado pela OMS (Organização Mundial de Saúde); em comparação com o ano de 1974, o registro do excesso de peso na infância triplicou, passando de 9,7% para 33,5% (IBGE, 2010).

Entre os diferentes efeitos da redução na mobilidade da criança urbana, Freeman (2006) aponta ainda a perda de habilidades e benefícios associados à mobilidade independente, em especial o desenvolvimento da autonomia e capacidade decisória. Essas habilidades incluem julgamento quanto ao que é seguro, gerenciamento de tempo, desenvolvimento de responsabilidade social e cuidados com o próximo, sobretudo os mais novos e vulneráveis no grupo (um irmão ou um ‘amiguinho’ mais novo). A sociedade também é impactada à medida que se minimiza, entre os adultos, o senso de responsabilidade pelas crianças, a perda do papel da comunidade em prezar pela segurança delas e de socializá-las na comunidade.

Seria razoável reconhecermos que a política urbana exercesse algum grau de influência neste quadro, e daí a necessidade de adequarmos projetos e ideias subjacentes à qualidade de vida urbana da criança. Mas apenas a partir da década de 1990 se verifica maior atenção política à criança e adolescente. A Convenção sobre os Direitos das Crianças das Nações Unidas (1989) catalisou um esforço inclusivo reforçando a responsabilidade dos Estados em salvaguardar o direito da criança viver em um ambiente seguro, limpo e saudável, e ter liberdade para brincar nesse ambiente. O Brasil, seguindo a Convenção, instituiu em 13 de julho de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pela Lei 8.069.⁶ A convergência entre os princípios das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável com

criança até os 14 anos. A ideia de jovem em termos de faixa etária varia também, sendo que a União Europeia define a juventude como incluindo pessoas de 15 a 25 anos, no Reino Unido de 11 a 19, na Finlândia até 29 anos. Essas variações reforçam o caráter contingente das noções de infância e juventude.

- 5 No Brasil, para cada mil nascidos vivos em 1980, 84 não completavam os cinco anos de idade; em 2013, a taxa de mortalidade infantil atingiu 17 por mil, ou seja, um declínio de 79% (IBGE, 2014).
- 6 No Brasil, a Constituição Federal (1988) tem capítulo específico para a política urbana, que prevê instrumentos para garantia do direito à cidade, da defesa da função social da cidade e da propriedade e da democratização da gestão urbana (Arts. 182 e 183). O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10/07/2001), junto com a Medida Provisória nº 2.220/01, apontam diretrizes para a política urbana do país.

os direitos das crianças proveram fundamentos do que pretende ser um esforço global em direção à ‘cidade amiga da criança’ (GLEESON, 2006).

Ampliar a compreensão acerca da vida da criança e de seu espaço social, ainda que indispensável à concepção de políticas e práticas, é insuficiente se não endereçar uma crítica da modernidade enquanto ontologia fundamental, isto é, da lógica de produção do social como ordem que se configura numa homogeneidade coletiva e que, para tanto, usa poder e recursos políticos no combate à ambivalência e rumo ao progresso (BAUMAN, 2001). Tal crítica deve extrapolar a problematização da modernidade guiada por um ideal progressista para tentar pensar como transformações recentes propiciam, além do reordenamento do espaço, condições para emergência de vivências e experiências sensoriais distintas e seus efeitos sociais mais amplos.

Elencamos algumas questões pertinentes a esse esforço. Como a criança vivencia a paisagem urbana reconstruída pela modernidade? A cidade contemporânea provê ao pequeno explorador a amplitude de sensações que a infância de outrora parecia lhe oferecer? Se não, um sentimento nostálgico predominante deveria justificar um retorno ao passado? Entendemos que uma crítica da modernidade tem um potencial para redesenhar um viés essencialista da cidade pautado num princípio ordenador externo que lhe provê uma visão singular e experiência sensorial por vezes empobrecida, o que sugere um convite para repensarmos conhecimentos no campo do planejamento urbano.

Consideramos que, nesse esforço, o pós-moderno como *episteme* (e não como posição filosófica) pode nortear uma reorientação, convidando-nos a uma reflexão que dê suporte a pensar novas possibilidades em torno da criança e da cidade contemporânea. Em especial, o pensamento do filósofo pós-estruturalista francês Jean-François Lyotard nos parece frutífero posto que, além de problematizar a situação de conhecimento em sociedades avançadas relacionando-a a uma ruptura com formas modernas de ver o mundo, Lyotard nos provoca a refletir sobre um potencial de resistência associado à infância que parece negligenciado. Neste ensaio, refletimos acerca de um débito com a criança, o espaço perceptivo e a experiência humana face à reconfiguração da cidade no modo como esta tem sido pintada pelo viés do planejamento urbano.

A CRIANÇA NA CIDADE – INVENÇÃO MODERNA

A infância, antes inimiga da filosofia, passaria, a partir de Rousseau, à sua condição *sine qua non* à medida que nela estariam a inocência e a pureza necessárias para o acolhimento da verdade e para a participação no que é moralmente correto. Santo Agostinho, por sua vez, viu a criança imersa no pecado; não possuindo a

linguagem (*logos*), estaria desprovida de razão, isto é, do reflexo da condição divina em nós, adultos. Descartes via a infância como época do cultivo da imaginação, dos sentidos e sensações e da aceitação acrítica das tradições, tudo o que obstruiria nosso pensamento, ao passo que Rousseau rompe esta perspectiva quando atribui erro, mentira e corrupção à incapacidade de julgar do adulto, pois este não poderia mais se beneficiar do crivo de um ‘coração sincero’ e puro da criança, do ‘bom selvagem’ (GHIRALDELLI, 1999).

Em seu trabalho de referência, *História Social da Criança e da Família*, Philippe Ariès (1978) descreve a infância a partir do século XII, sendo que desde a Antiguidade mulheres e crianças eram consideradas inferiores, e a duração da infância era limitada pela inserção no mundo adulto tão logo a criança apresentasse independência física. A descoberta humanista da especificidade da infância e da adolescência como idades da vida foi ratificada apenas no século XIX. Os termos criança, adolescente e menino, aparecem em dicionários da década de 1830 (MAUAD, 2010). O mundo europeu foi o primeiro a fixar limites rígidos entre as atividades de adultos e crianças, sendo que as várias ciências no século XIX (*e.g.*, Pedagogia, Psicologia e Pediatria), ao transformarem a infância em um período da vida frágil, colaboraram para essa mudança de atitude (VENANCIO, 2010), influenciando o restante do mundo ocidental.

Havia, desde fins do século XVIII, uma literatura médica que incentivava as mães a criar seus filhos com o leite materno, destacando a amamentação como pré-condição de um crescimento saudável. Fundamentados em teses de filósofos como Rousseau e Bouffon, os *Tratados de Educação Física dos meninos* foram precursores de noções atuais de puericultura, preconizando a vida ao ar livre, liberdade nos brinquedos e cuidados com a higiene. No Brasil do século XVIII, com 15 anos já se considerava a população como adulta e, desde os 12 as meninas já poderiam se casar. A rua fazia parte da vida como um espaço coletivo onde as crianças oitocentistas, como as de diferentes lugares da Europa, perambulavam com ou sem finalidade (SCARANO, 2010).

As concepções mais recentes de infância e bem-estar da criança emergem a partir da Revolução Industrial e são cristalizadas durante as lutas de classe, mudanças ambientais e deslocamentos demográficos desencadeados pela modernização. “As crianças foram as primeiras ‘pobres criaturas’ que os movimentos de reforma vitorianos se puseram a resgatar das cidades infernais que emergiram na esteira da primeira onda do industrialismo” (GLEESON; SIPE, 2006, p. 3). A moralidade era uma preocupação para os reformistas, em especial as condições de habitação nos cortiços e efeitos morais associados ao sistema de quarto-único. As descrições vivas e detalhistas de Charles Dickens em seu clássico *Oliver Twist* ilustram

preocupações quanto aos pequenos ‘aprendizes criminosos’. Grande ênfase na reforma foi assim dada à minimização dos efeitos nocivos ligados às condições sociais e ambientais da urbanização industrial (SIPE et al., 2006).

Gleeson e Sipe (2006) apontam que o planejamento da cidade emerge como parte dessa onda de melhorias sociais que visavam, entre outros aspectos, ‘salvaguardar’ as crianças. Os reformistas pareciam cientes de que, ao resgatar os ‘vulneráveis’ (i.e., crianças, depois mulheres, e em seguida o proletariado) das ‘garras’ do capital industrial, o projeto de reforma estaria resgatando o capitalismo de sua tendência à autodestruição. O projeto modernizante que ampliou redes de transporte, telecomunicações, energia e água se pautou, em larga escala, na produtividade crescente em paralelo a cuidados com a classe trabalhadora e grupos vulneráveis na cidade.

Nas formas emergentes de desenvolvimento em infraestrutura urbana, por sua vez, podemos esperar múltiplos efeitos ligados a tendências de fragmentação do tecido físico de numerosas cidades em pacotes espaciais customizados e protegidos para consumo, pesquisa, trânsito, câmbio, espaços domésticos, de saúde e outros (GRAHAM; MARVIN, 2001). Questões ligadas a relações espaciais de i/mobilidade entre as crianças (SKELTON, 2013), em especial, chamam nossa atenção. A certa idade, as crianças são consideradas ‘aptas’ a se deslocarem independentemente na cidade a pé, de bicicleta ou de ônibus. Mas a idade para obtenção dessa ‘licença’ nos últimos anos tem aumentado, levando a uma redução na viagem independente (SKELTON; GOUGH, 2013; HILLMAN et al., 1990) e uma experiência espacial distinta da criança contemporânea (LANG et al., 2011).

Não ignoramos que crianças de diferentes idades e contextos possuem distintas motivações, interesses, capacidades e maneiras de exercitar, submeter-se e resistir a relações de poder, mas, a despeito da idade, o que se enfatiza aqui é que crianças percebem seus mundos em seus próprios termos (KALLIO; HÄKLI, 2010) e em contraste com um espaço social orientado-ao-adulto. Ora, se diferentes concepções, entre elas o próprio sentido de valorização da infância, evidenciam o caráter contingente das relações sociais, merece atenção a experiência da criança face ao ritmo acelerado da cidade contemporânea, e os usos que faz do espaço social, uma reflexão que sugere uma trama espacial complexa.

ESPAÇO E EXPERIÊNCIA HUMANA

Depois de Isaac Newton, principalmente a partir do século XIX, junto a avanços em campos como a Psicologia, Sociologia e Antropologia, nossa experiência sensorial do espaço extrapolou a noção do senso comum para assumir o *status* de objeto de estudo. O espaço experienciado aparece em formas e tipologias cada vez

mais variadas e em relações entre espaço e lugar em que os lugares são inseparáveis do contexto de experiência (SANTAELLA, 2007). Nossa experiência perceptiva do espaço, ou o que Bachelard (1978) designou como ‘poética do espaço’, pode ser intensa a ponto de inebriar nossos sentidos, sendo que o espaço perceptivo é enfatizado aí como campo de encontros afetivos e emocionais com os espaços naturais, e com os espaços construídos pelo ser humano. Quando percebidos, os espaços assumem conteúdos específicos ligados a nossas intenções ou imaginações (SANTAELLA, 2007).

Apesar do reconhecimento de que nossas experiências do espaço são integrantes das bases de significação, a espacialização do pensamento e da experiência ainda não superou uma epistemologia essencialmente histórica que domina a teoria social moderna. Numa postura teórica crítica, diversos pensadores defendem uma demanda pela imaginação geográfica e espacial no trabalho teórico (e.g., FOUCAULT, 1980; SOJA, 2000, MASSEY, 2008), que também reconhecemos ser indispensável a uma reflexão em torno da relação entre criança e espaço urbano.

Devemos discernir, pois, uma perda de prioridade que o espaço teria sofrido, em relação ao tempo, sobretudo durante a segunda metade do século XIX e influenciada pelas prerrogativas bergsonianas⁷ (MASSEY, 2008; URRY, 2000). Para Soja (2000), esse desprezo está ligado a uma interpretação apressada e simplista da modernidade como ruptura com as tradições, quando se deveria interpretá-la como reorganização complexa das relações temporais e espaciais. Há um lugar privilegiado concedido à imaginação histórica na interpretação que obstrui uma sensibilidade crítica quanto à espacialidade da vida social, esta última uma postura teórico-prática que endereça o mundo criativamente localizado não apenas no fazer histórico, mas também na construção de geografias humanas, na produção social do espaço e na contínua (re)formulação das paisagens geográficas (DURING, 1993). O problema é, para Massey (2008), mais profundo que uma simples priorização. Ao associar espaço com representação, aquele foi privado de dinamismo e radicalmente contraposto ao tempo. Nessa preterição, a autora denuncia a associação entre espacialização e representação que implica subjugar o espaço ao textual e ao conceitual, à representação.

Um contraponto ao que poderia parecer uma postura de inversão da lógica de prioridade é a retratação de Foucault acerca da importância do espaço e do tempo, que aparece não em seus livros, mas em conferências e entrevistas, e atua como nexos indispensáveis em seu trabalho de ligação entre espaço, saber e poder

7 Urry (2000) descreve que na crítica de Henri Bergson da concepção espacializada da memória como ‘gaveta’ há um privilégio do tempo sobre o espaço, e uma ideia do espaço como abstrato e quantitativo, em oposição a uma noção qualitativa deste.

(FOUCAULT 1980; WRIGHT; RABINOW 1982). Foucault esboçou sua noção de heterotopias como os espaços heterogêneos e relacionais característicos do mundo moderno, aqueles espaços estranhos, de contestação, que a sociedade reserva ao comportamento desviante da norma. Ele se distanciou do espaço interno da poética de Bachelard para se concentrar em uma outra espacialidade da vida social, um ‘espaço externo’, o propriamente vivido (e socialmente produzido) espaço de locais e das relações entre eles. Soja (1989) considera ainda que esse espaço está ligado ao que Henri Lefebvre descreveu como *l’espace vécu*, a espacialidade propriamente vivida e socialmente criada, concreta e abstrata ao mesmo tempo, o *habitus* de práticas sociais.

A descrição por Jameson (1984) de sua experiência no *Bonaventure Hotel*, em Los Angeles, realça novos efeitos espaciais que o autor associou ao pós-modernismo e à lógica cultural do capitalismo tardio. A natureza de uma experiência espacial ‘pós-moderna’, associada a uma paisagem radicalmente fragmentada que nos faz sentir perdidos e deslocados sugere a submissão de nossos corpos a uma autoridade (invisível), diante de nossa incapacidade de compreender o funcionamento da cidade (SOJA, 2000). Outros autores problematizam as figuras de excesso como modalidades da contemporaneidade, a exemplo de Augé (2004), que discute a proliferação de não-lugares (e.g., aviões, trens e ônibus como domicílios móveis, aeroportos e estações aeroespaciais, hotéis, parques de lazer etc.) suscitando novas vivências de solidão.

Compreendemos que as transformações ligadas a processos de globalização sugerem efeitos sociais mais amplos associados a um reordenamento do espaço em conexão com experiências sensoriais distintas, a partir dos quais devemos interrogar a criança e sua experiência espacial. Não se trata apenas de reconhecermos (ainda que necessário) a diferença de escala ou intensidade na experiência sensorial (gosto, cheiro, cor, barulho) em comparação à do adulto. Há outros aspectos, incluindo a ideia de espaços segregados para crianças, que parecem ter empobrecido a experiência sensorial ofertada à criança pela cidade, e obstruído a função significativa da rua (JACOBS, 2011). Em torno do espaço perceptivo da criança urbana (VOGEL, 1995; WARD, 1978; HILLMAN et al., 1990) amplia-se a demanda por uma abordagem crítica que perturbe o consenso do planejamento urbano moderno acerca do lugar da criança.

MODERNIDADE E O PÓS-MODERNO – DA NOSTALGIA À ANAMNESE

Discutimos que a natureza das sociedades ocidentais desde o pós-Segunda Guerra Mundial tem se transformado de diferentes modos. Para dar conta dessas

mudanças, diversos teóricos sociais têm problematizado as sociedades midiática, do espetáculo, do consumo, pós-industrial, entre outros enfoques, segundo o viés do pós-moderno (SARUP, 1993). Peters (2000) observa que os diferentes sentidos associados aos termos ‘modernismo’ e ‘pós-modernismo’ não são fixos, isto é, têm mudado historicamente a partir da atividade teórica, criando-se novos significados e interpretações. Face a essa polissemia conceitual, encontramos ressignificações constantes no âmbito da reflexão teórica, corroborando com Peters para quem seria possível “argumentar que quando essas definições e significados tornam-se fixos é porque o discurso teórico esgotou-se” (PETERS, 2000, p. 16).

Na teoria social, enquanto Bauman (1991) discute a crescente geração de áreas de caos em torno de aspectos de construção identitária pela atividade excessivamente ordenadora do pensamento moderno tipicamente cartesiano, Beck (1997) problematiza a sociedade de risco, que representa a consolidação de uma nova fase no desenvolvimento da sociedade em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem, cada vez mais, a escapar do controle das instituições. Giddens (2002) aponta a emergência de uma sociedade pós-tradicional e a compressão espaço-temporal que gera processos de abandono, desincorporação e problematização da tradição.

Na filosofia, Jacques Derrida, Jean Baudrillard e Jean-François Lyotard se destacam em reflexões em torno do pós-modernismo, o qual se expande para diversos campos artísticos, intelectuais e acadêmicos. Lyotard, pós-estruturalista francês, tem sido responsável por críticas influentes das ideias modernistas e universalistas de progresso e racionalidade.

Lyotard (1984) destaca três debates principais em torno do ‘pós-moderno’. O primeiro se refere à oposição entre pós-modernismo e modernismo no âmbito da Arquitetura, e realça que não há mais uma proximidade entre o projeto de arquitetura e progresso sócio histórico na realização da emancipação humana em larga escala. A perspectiva não é mais de um horizonte universalizante para o sujeito, nem para o arquiteto. Na arquitetura pós-moderna, seria uma espécie de *bricolage* a marca do viés pós-modernista. Uma segunda conotação do ‘pós-moderno’ está ligada a uma espécie de deterioração na confiança depositada, nos dois últimos séculos, sobre a ideia de progresso enraizada na certeza de que o desenvolvimento das artes, tecnologia, conhecimento e liberdade seria proveitoso para a humanidade como um todo (LYOTARD, 1984).

Já apontamos diversas evidências que corroboram o entendimento de que não devemos equiparar ingenuamente desenvolvimento técnico-científico a progresso nas sociedades capitalistas ditas avançadas. Podemos inclusive pensar que a tendência em ‘colocar de lado’ a criação reflete um culto ao individualismo e ao

consumo exacerbado na contemporaneidade. Como nos lembra Gleeson (2006), a criança dificulta o usufruto do individualismo, por sua natureza ‘dependente’, isto é, os cuidados demandados pela criança parecem reduzir o tempo dedicado ao *self*.

O fracasso do projeto moderno de progresso, para Lyotard (1984), considera que o desenvolvimento técnico-científico é dissociado de uma lógica que acompanhe diretamente as demandas oriundas de necessidades humanas e guiado segundo um processo impositivo de crescente complexificação. Nossas demandas por segurança, identidade e felicidade, ligadas à condição de seres humanos e sociais parecem ser irrelevantes face a uma imposição por complexificar, mediar, memorizar e sintetizar todo objeto e modificar sua escala: “[n]ós estamos no mundo tecno-científico como Gulliver: às vezes muito grandes, às vezes muito pequenos, nunca na escala correta” (p. 9). Uma demanda pela simplicidade na infância parece impensável nessa condição.

Mas há ainda uma terceira conotação do ‘pós-moderno’, que entendemos ser potencialmente relevante para pensar novas possibilidades, e que reconhece a pergunta da pós-modernidade como sendo também a pergunta das expressões de pensamento, isto é, da arte, literatura, filosofia, política. Lyotard se ressentia da ideia da arte de vanguarda como expressão de uma modernidade obsoleta, quando para ele os trabalhos de artistas de vanguarda como Picasso ou Cézanne seriam trabalhos operados pela modernidade sobre si mesma. Importa-nos destacar (aspecto que retomaremos mais à frente neste ensaio) que o ‘pós’ de pós-modernidade não significa retorno, nostalgia ou *flashback*, mas sim um processo de *anamnese* que submete a visão e o visível a um processo de exposição e de experimentação dos seus pressupostos, rejeitando-se a redução da arte a uma função instrumental.

Em que o pensamento e a estética de Lyotard podem contribuir para nossa reflexão? De antemão, destacamos daí que o pós-moderno enquanto *episteme* não sugere um viés valorativo da fragmentação pós-moderna, mas uma denúncia do fracasso do projeto progressista moderno. Evidencia ainda o papel da arte em perturbar ou interromper o consenso e possibilitar a emergência de novas formas e vozes que aumentam o escopo de possíveis caminhos para frasear a experiência (MALPAS, 2003). Parece-nos haver, pois, potencial ligado ao evento estético como forma de resistência a metanarrativas modernas de planejamento da cidade, e que pretendemos explorar.

EVENTO ESTÉTICO E O INUMANO – O DÉBITO COM A CRIANÇA

O pós-estruturalismo de Lyotard faz convergir a arte e a filosofia para o evento, isto é, para as relações transformadoras entre matéria, sentimentos e linguagem, e

repudia visões dualistas da realidade por perderem de vista o imbricamento vital entre matéria e sentimento nos eventos. Um evento não é algo que acontece a alguém, como ver algo acontecer de uma maneira imparcial (A vê B); refere-se a uma transformação em coisas inseparáveis, sendo que estas aparecem de um modo novo com o evento: (A) e (B) se tornam (A'B'). Esta fusão permanece aberta a mais transformações e conexões externas (A'B'C') não sujeitas a controle (WILLIAMS, 2012). Esse viés pós-estruturalista reconhece, ainda, que afetos, paixões, sentimentos, imagens, ritmos, disposições corporais, e até conexões cerebrais contestam orientações estritamente racionais no plano teórico (HOWARTH, 2013).

À medida que busca introduzir eventos estéticos em estruturas, sujeitos e objetos, Lyotard reconhece que a energia e intensidade dos sentimentos adquirem relevância em nossas relações com as coisas, sendo que o objeto muda com os sentimentos, desejo e linguagem associados a ele. Os discursos dependem de sentimentos e da perturbação causadas pelos eventos, mas as estruturas de discurso não dão conta da intensidade extra emocional que ocorre com eventos. Exige-se, assim, um 'outro' espaço que explique como linguagem e coisas se desenvolvem e como adquirem um significado especial mutável e dinâmico para nós. O termo 'figural' é cunhado por Lyotard para descrever esse outro espaço, a associação entre (a ambiguidade da) matéria e (a intensidade do) sentimento no evento estético (WILLIAMS, 2012).

O evento figural tem poder para impulsionar mudanças e é usado por Lyotard para explicar mudanças e (r)evoluções dos discursos, sendo que há uma redefinição da relação do discurso com seu objeto como sendo de tipo expressivo, isto é, que exige uma forma estética. Essa expressão depende de eventos que deflagrem o processo criativo. Williams (2012) esclarece que o pós-estruturalismo de Lyotard não é um apelo à arte como região separada das outras; acolhe sim a lição de uma particular experiência de arte envolvendo uma experiência sensorial e desestabilizadora da matéria.

A importância da arte, na estética de Lyotard, é explicitada à medida que se reconhece que há jogos de linguagem que silenciam vozes e falham na representação da importância de alguns eventos e de sentimentos que não podem ser capturados. As novas possibilidades de frasear a experiência permitidas pela arte reforçam a importância desta. Ora, a literatura e arte de vanguarda tendem a ser apresentadas como sendo inacessíveis, anti-humanas ou desagradáveis, e o artista em geral é convocado a apelar para o 'humano' para que possamos 'curtir' a arte. No mercado capitalista, então, o valor da arte é apresentado conforme sua habilidade de apelar para uma grande audiência, isto é, comunicar-se rapidamente de forma agradável e acessível. Mas Lyotard rejeita a ideia da arte como mercadoria, e

explica que o que uma cultura em particular pensa ser ‘o humano’ consiste no conceito em jogos de linguagem que são os princípios organizadores daquele grupo social (MALPAS, 2003).

Na estrutura capitalista moderna, esse ‘humano’ é reduzido a um produto técnico, ou o que Lyotard aponta como a transformação do humano em algo ‘inumano’ pela “máquina de vanguarda capitalista que arrasta a humanidade atrás de si, desumanizando-a” na busca pela eficiência (1984, p. 63). Em contraste com o inumano tecnicista, a arte aponta na direção de outra forma do ‘inumano’, a qual revela o potencial para possibilidades transformadoras incapazes de serem previstas, explicadas ou dominadas por sistemas racionais técnicos (LYOTARD, 1991). Malpas (2003) explica que esse ‘inumano’ é outra versão das figuras que Lyotard usa para abrir a possibilidade de pensar os eventos sem estruturas preestabelecidas de pensamento, sendo ao mesmo tempo perturbador e potencialmente libertador; a figura associada por ele a esta segunda forma de inumanidade é a criança.

Lyotard entende que o fato das crianças terem de ser educadas é uma circunstância que procede apenas do fato de que elas não são completamente guiadas pela natureza, não programadas. A criança, como feixe de desejos não socializados, aponta para algo no ‘humano’ que não é determinado por completo pelos jogos de linguagem dominantes que cercam seu desenvolvimento. Não é que a criança seja mais humana que o adulto, mas é que o seu estado ‘não programado’ quando ingressa no mundo aponta para um local potencial de resistência à dominação pela organização social que reside em todo e qualquer adulto. Para Lyotard, então, o humano é o produto de um conflito entre dois inumanos. Os sistemas inumanos do desenvolvimento capitalista e tecnologia ameaçam extinguir qualquer coisa no humano que não tenha valor para ele, e ainda assim no mesmo humano reside a estranheza de outro inumano que consiste num local potencial para resistência (MALPAS, 2003).

Lyotard (1991) nos provoca a pensar, afinal, no que devemos chamar de ‘humano’ nos humanos. A linguagem permitiria aos humanos uma aptidão para compartilhar a vida em comum, uma consciência adulta e a razão, numa segunda natureza que deixaria ‘para trás’ a ‘miséria’ da infância. Para ele deveríamos, porém, nos orgulhar do título de humanidade exatamente por motivos opostos. Despojada da fala, incapaz de se levantar direito, hesitante diante de objetos de seu interesse, inapto a calcular suas vantagens, não sensível à razão comum, a criança seria eminentemente o ‘humano’ porque perturba consensos e promete coisas possíveis. Seu atraso inicial para ingressar na humanidade, o qual lhe faz refém da comunidade adulta, também é o que manifesta a essa comunidade a falta de humanidade que esta sofre, e o que a convoca para se tornar mais humana.

O adulto se esforça para se libertar da ‘selvageria’ da infância, dotando-se dos meios de conhecer e dar a conhecer, de fazer e ser feito, interiorizando os interesses e valores da civilização, enfim, fingindo uma humanidade plena e uma realização efetiva da mente como consciência, saber e vontade (LYOTARD, 1991). Porém, no débito com a criança não socializada, o humano não é capaz de resistir à outra forma do inumano, a do desenvolvimento técnico capitalista e seus sistemas de razão orientados por um viés progressista, essencialista e homogeneizante. Esse débito gera efeitos sociais significativos sobre a cidade.

UMA CRÍTICA DA MODERNIDADE QUE TORNE AMBÍGUA A ORDEM LEGÍVEL DA CIDADE

Propusemo-nos a refletir acerca da criança face à paisagem urbana reconstruída pela modernidade, em especial de sua experiência sensorial nesse espaço. Reconhecemos um débito com essa criança, no âmbito do planejamento urbano moderno o qual parece obstruir uma experiência genuína da cidade ao priorizar a escala panorâmica em detrimento da dimensão humana. Traçamos aqui mais considerações para uma crítica da modernidade que supere um viés essencialista da cidade.

A cidade cartesiana, em grade retangular, agrega uma descrição que parte de um sujeito observador, e que por isso é curva. Temos de trabalhar com um mapa que impõe uma grade retangular e uniforme à cidade, mesmo que toda vez que nos projetamos no mapa ou observamos uma vista da cidade, ela se encurva e se fragmenta numa mistura de escalas segundo nossas linhas de visão e horizontes. Em sua descrição de um movimento que extrapola a caracterização espaço-temporal da cidade por um cartesianismo restrito, Lyotard argumenta que o esboço racional é sempre relacionado com experiências e com visões que ele exclui (WILLIAMS, 2012).

Ora, a multiplicidade de visões excluídas cria uma tensão insolúvel. Há um impulso contrário, no próprio seio do cartesianismo, pois a razão é sempre relacionada com seu outro, demandando à ótica geométrica a opacidade e curvatura. O modelo do mundo da cultura problematizado por Lyotard pela metáfora da cidade, em sua obra ‘Discurso, Figura’ (1971), aponta que não há uma visão única, mas muitas: “é uma cidade cuja configuração visível de ruas e distritos contém outra configuração, de um século atrás, e, ainda, outra. Cada uma é ligada às outras através do planejamento urbano, às vezes visível, às vezes oculto, de tal modo que, quando a mente vagueia pela cidade, ela experimenta uma mobilidade fundamental” (LYOTARD, 2011, p. 179).

A experiência genuína da cidade (a experiência de um evento figural) não é a de uma única cidade, mas a da inter-relação de muitas cidades. Quando a mente

imagina estar captando a cidade como um todo, a visão produz a anamorfose⁸ daquilo que não está localizado naquele ponto de vista. Cada parte da cidade é fragmentada segundo diferentes perspectivas e segundo sua inter-relação disruptiva (WILLIAMS, 2012). Encontramos aqui uma clara rejeição à visão singular, essencialista, da cidade pautada num princípio ordenador externo. Compreendemos, ainda, que a crise causada pelos eventos e pelos sentimentos estimula uma reorientação crítica quanto à experiência cotidiana da cidade, bem como ao planejamento urbano.

A complexidade da cidade tem sido convertida a uma legibilidade pela fixação de um texto transparente a uma opaca mobilidade, esta negligenciada à medida que a vontade de ver a cidade tem precedido os meios de satisfazê-la (CERTEAU, 1998). As pinturas medievais ou renascentistas representavam a cidade vista em perspectiva por um olho que não existira até então. Elas inventavam ao mesmo tempo a visão do alto da cidade e o panorama que ela possibilitava; essa ficção transformava o espectador medieval em olho celeste ‘totalizador’, ênfase que, para Michel de Certeau, persiste e é simbolizada pelo arranha-céu. No contraste pintura-fotografia, a vida urbana desde o século XIX parece destruir a habilidade de atentarmos para a riqueza oferecida pela arte e pela natureza. Ao bombardear o olho com propagandas que não oferecem algo para ser efetivamente contemplado, há uma pobreza imaginativa na cidade, e um contraste entre a maior parte dos prédios e a sutileza da natureza (URRY, 2000).

A criança que caminha pela cidade, porém, individualiza e torna ambígua a ordem legível dada às cidades pelos planejadores urbanos, como aponta de Certeau (1998) na forma semelhante ao acordar que é deslocado e tornado ambíguo pelo sonhar. Em sua teoria da cidade-conceito, de Certeau, à revelia de gestores e urbanistas, não lança um olhar sobre a cidade a partir do arranha-céu, mas caminha pela cidade. Ao caminhante do século XX, o autor concede uma luz semelhante àquela atribuída ao *flâneur* do século XIX por Walter Benjamin (DURING, 1993). As caminhadas apresentam uma série de percursos variáveis assimiláveis a ‘torneios’ ou ‘figuras de estilo’. A arte de ‘moldar’ frases tem como equivalente uma arte de moldar percursos, arte esta que implica e combina estilos e usos. A cidade-conceito segue movimentos contraditórios para além do poder panóptico, isto é, não seria um mero campo de operações programadas e controladas (CERTEAU, 1998).

A concepção de estética suscitada aqui extrapola o campo da arte. Podemos comparar a ubiquidade da estética à da política, da ética e a de diversos outros

8 Representação de figura (objeto, cena etc.) de maneira que, quando observada frontalmente, parece distorcida ou mesmo irreconhecível, tornando-se legível quando vista de um determinado ângulo, a certa distância, ou ainda com o uso de lentes especiais ou de um espelho curvo (HOUAISS; VILLAR, 2001).

aspectos da vida humana, inclusive da mobilidade. Uma cultura da mobilidade molda nossa abordagem estética, sendo que ideias e valores estéticos têm impacto sobre que tipo de cultura da mobilidade nós temos (NAUKKARINEN, 2005). A escala pequena, da paisagem humana e da arquitetura a 5km/h, é também aquela da cidade experimentada pela criança, que a utiliza ao nível dos olhos. O que interessa não são as grandes linhas da cidade ou dos edifícios, mas a qualidade da paisagem humana tal como percebida por aqueles que caminham ou por aqueles que permanecem na cidade (GEHL, 2003).

Uma maior mobilidade da criança na cidade sugere uma experiência sensorial mais rica e que contrasta com o planejamento modernista do *playground* que exige parques infantis específicos do tipo ‘brinque aqui!’. Gehl (2003) explica que o conceito de espaços especiais para as brincadeiras de crianças foi se disseminando conforme as sociedades ocidentais convergiram à especialização e à institucionalização, com escolas e programas extraclasse, hoteizinhos e pais cada vez mais ocupados com o trabalho.

Uma simples dicotomia exclusão-inclusão não nos provê um arcabouço adequado sobre a questão de acesso da criança a uma experiência genuína da cidade. Enquanto a ‘exclusão’ da criança desse espaço deve ser rechaçada, a alocação de espaços específicos e programados, entre as estratégias apontadas como ‘inclusivas’ pelo planejamento urbano modernista, podem até suprir necessidades físicas, mas não oferecem maior amplitude para valorização da dimensão humana. A demanda por espaço social é aquela que reivindica que a criança participe da vida da cidade.

A participação da criança na construção de relações de poder a partir de suas próprias perspectivas e nos espaços lúdicos de seu cotidiano (CERTEAU, 1998), assunto pouco abordado no âmbito da análise crítica, deve reconhecer nos diferentes usos do espaço público uma constante (re)negociação e constituição da política na infância (KALLIO; HÄKLI, 2010).

Entendemos que uma crítica da modernidade emerge, assim, como um caminho que estimula uma reorientação crítica no âmbito do planejamento urbano. Essa crítica deve avançar sem um viés nostálgico necessário, mas pautada em uma revisão dos pressupostos de sistemas técnico-racionalistas que legitimam sua dominação pela mera eficácia técnica. Além de denunciar o projeto moderno, o pensamento e a estética de Jean-François Lyotard acessam uma fragmentação pós-moderna que direciona uma ruptura com o viés essencialista e transparente da cidade, isto é, a experiência genuína da cidade não é a de uma única cidade, mas a inter-relação de múltiplas cidades. Uma abordagem que contempla as relações transformadoras entre matéria, sentimentos e linguagem pode nortear uma

estética da mobilidade que estimule as crianças a experiências sensoriais mais ricas na cidade como *playground*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da infância e da família*. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. Maria Lúcia Pereira. 9. ed. Campinas: Papirus, 2004.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. Joaquim José Mouta Ramos et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Modernidade e ambivalência*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- Cenário Econômico 2050. Série Estudos Econômicos Nota Técnica DEA XX/15. Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/Estudos/Documents/PNE2050_Premissas%20econ%C3%B4micas%20de%20longo%20prazo.pdf>. Acesso em: 01.09.2016.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DURING, Simon. *The cultural studies reader*. 2. ed. London: Routledge, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Power/Knowledge: selected interviews and other writings 1972–1977*. Trad. Colin Gordon. New York: Pantheon Books, 1980.
- FREEMAN, Claire. Colliding worlds: planning with children and young people for better cities. In: GLEESON, Brendan; SIPE, Neil (org.) *Creating Child Friendly Cities: reinstating kids in the city*. New York: Routledge, 2006, p. 69-85.
- GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. Trad. Anita Di Marco. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. A infância na cidade de Gepeto ou possibilidades do neopragmatismo para pensarmos os direitos da criança na cultura pós-moderna. Estilos da Clínica. Dossiê, vol. 4, n. 6, 1999, p. 10-17.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GLEESON, Brendan. Australia's toxic cities: modernity's paradox? In: *Creating Child Friendly Cities: reinstating kids in the city*. New York: Routledge, 2006, p. 33-48.
- GLEESON, Brendan; SIPE, N. Reinstating kids in the city. In: *Creating Child Friendly Cities: reinstating kids in the city*. New York: Routledge, 2006, p. 1-10.

- GRAHAM, S.; MARVIN, S. *Splintering Urbanism: Networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition*. Routledge: London & New York, 2001.
- HILLMAN, M.; ADAMS, J.; WHITELEGG, J. *One False Move: A Study of Children's Independent Mobility*. London: Policy Studies Institute, 1990.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. *Houaiss: Dicionários da Língua Portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HOWARTH, D.R. *Poststructuralism and After: Structure, Subjectivity and Power*. London: Palgrave Macmillan, 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 – POF. Rio de Janeiro, 2010.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- JAMESON, F. A lógica cultural do capitalismo tardio. In: *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997, p. 27-79.
- KALLIO, K. P., HÄKLI, J. Political geography in childhood, *Political Geography*, 29(7), p. 357-358, 2010.
- LANG, D.; COLLINS, D.; KEARNS, R. Understanding modal choice for the trip to school. *J. Transp. Geogr.* 19, 509-514, 2011.
- LYOTARD, J. F. *Discourse, Figure*. Trad. Antony Hudek e Mary Lydon. Minnesota: University of Minnesota Press, 2011.
- _____. *The Inhuman: Reflections on Time*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- _____. *The postmodern condition: a report on knowledge*. Tradução do francês por Geoff Bennington e Brian Massumi. Minnesota: University of Minnesota Press, 1984.
- MALPAS, S. Jean-François Lyotard. *Routledge Critical Thinkers*. London and New York: Routledge, 2003.
- MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- NAUKKARINEN, O. *Aesthetics and Mobility: A Short Introduction into a Moving Field. Contemporary Aesthetics*, 2005. Disponível em: <<http://www.contempaesthetics.org/newvolume/pages/article.php?articleID=350&searchstr=aesthetics+and+mobility>>. Acesso em: fev 2015.
- PETERS, M. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução. São Paulo: Autêntica, 2000.
- PRIGGE, W. Reading The Urban Revolution: space and representation. In: GOONEWARDENA, K. et al. (org.) *Space, difference, everyday life reading Henri Lefebvre*. Abingdon: Taylor & Francis, 2008, p. 46-61.
- SANTAELLA, L. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.
- SARUP, M. *An introductory guide to post-structuralism and postmodernism*. 2. ed. London: Harvester Wheatsheaf, 1993.

- SCHMID, C. Henri Lefebvre's theory of the production of space: towards a three-dimensional dialectic. In: GOONEWARDENA, K. et al. (org.) *Space, difference, everyday life reading Henri Lefebvre*. Abingdon: Taylor & Francis, 2008, p. 27-45.
- SKELTON, T. Young People, Children, Politics and Space: A Decade of Youthful Political Geography Scholarship 2003-13. *Space and Polity*, vol. 17, n. 1, p. 123-136, 2013.
- SKELTON, T.; GOUGH, K. V. Young people's im/mobile urban geographies: introduction, *Urban Studies*, vol. 50, n. 3, p. 455-466, 2013.
- SOJA, E. W. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Malden (Massachusetts): Blackwell Publishers, 2000.
- URRY, J. *Societies. Sociology beyond Societies: mobilities for the twenty-first centuries*. Routledge: London, 2000.
- VOGEL, A. *Como as crianças veem a cidade*. Rio de Janeiro: Pallas: Flacso: UNICEF, 1995.
- WARD, C. *The Child in The City*. Great Britain: Pantheon, 1978.
- WILLIAMS, J. *Pós-estruturalismo*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global status report on road safety*. Genebra: WHO Press, World Health Organization, 2015.
- WRIGHT, G.; RABINOW, P. 'Spatialization of power: a discussion of the work of Michel Foucault', and 'Interview: space, knowledge and power', *Skyline* 1, 1982.

Recebido em 05.09.2016

Aceito em 12.09.2016